

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA*

ARMANDO AMORIM FERREIRA VIDIGAL
Vice-Almirante (Ref^o)

SUMÁRIO

Introdução

Caracterização da área

A ação governamental na Amazônia brasileira

As razões da cobiça internacional

Energia

Água potável

Reserva mineral

Biodiversidade

Os pretextos para a internacionalização

A questão ambiental

A questão indígena

A questão do tráfico de drogas

Conclusões

* N.R.: Veja também:

– “Amazônia brasileira” – *RMB* – 1º trim./2000 – p. 89.

– “Conservação dos ecossistemas amazônicos” – *RMB* – 4º trim./2000 – p. 199.

– “A Amazônia, sua invasão, seu desmatamento e queimada” – *RMB* – 4º trim./2001 – p. 95.

INTRODUÇÃO

Falar sobre a Amazônia é como caminhar sobre o fio afiado de uma navalha. A cada passo é preciso máxima cautela, pois as idéias sobre a região dividem a sociedade e o analista corre o risco de ser acusado de xenofobia, vendo ameaças por todos os lados, ou de ingênuo, alheio à excepcional importância da Amazônia e, por consequência, à cobiça que ela desperta.

Há, ainda, outros aspectos que dificultam a abordagem.

Como a região é pouco conhecida, os dados das diversas fontes nem sempre coincidem. O mito e a lenda, desde tempos antigos, dominam a imaginação dos comentaristas; teorias, algumas muito pouco científicas, tornam quase impossível distinguir o falso do verdadeiro.

Os pressupostos, decorrentes de uma visão romântica inconsequente (o mito do "bom selvagem") ou de interesses objetivos nem sempre confessáveis, são frequentes e, em pouco tempo, transformam-se em convicções inabaláveis.

Além disso, há uma certa imprecisão dos autores sobre a Amazônia a que eles se referem, porque há várias.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Sob o ponto de vista geográfico, a Amazônia é a grande área formada pela bacia do Rio Amazonas, que compreende parte do território de seis países: Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Equador e Bolívia. De acordo com esta definição, as três Guianas, que não fazem parte da bacia

hidrográfica do grande rio, estão fora da Amazônia¹.

No Brasil, pela Lei 1.806, de 1953, que regulamentou um artigo da Constituição de 46 referente ao desenvolvimento da Amazônia, foi criada a Amazônia Legal brasileira, que, por força da política de desenvolvimento então estabelecida, estendeu a área da Amazônia no Brasil, bem além dos critérios puramente hidrográficos, para aplicação de incentivos fiscais. A Amazônia Legal, além de compreender toda a Região Norte do País, abrange o estado de Mato Grosso e a parte do Maranhão situada a oeste do meridiano 44° de longitude Oeste.

Quando da criação do Pacto Amazônico, em 1978 – uma tentativa para promover uma ação coordenada dos países membros para o desenvolvimento da região amazônica –, por razões de ordem política, foram incluídos a Guiana e o Suriname (a exclusão da Guiana Francesa, território de ultramar da França no continente sul-americano, deveu-se também a considerações políticas).

A Pan-Amazônia* – expressão algumas vezes usadas para distinguir a grande Amazônia, isto é, a que compreende toda a bacia do rio, as diversas Amazonas nacionais – tem uma superfície de 7 milhões de km², representando 1/20 da superfície terrestre, 2/5 da América do Sul e 3/5 do Brasil. Ela dispõe de 1/3 das florestas latifoliadas existentes². Estende-se por três fusos horários e pelos dois hemisférios.

Apesar desse imenso espaço físico, a Amazônia abriga apenas 2,5 milésimos da população terrestre.

* N.R.: A Pan-Amazônia não tem nada a ver com o Pacto Amazônico.

1 N.A.: Rigorosamente falando, há uma pequena penetração fluvial na República da Guiana, o que incluiria uma diminuta região do país na Amazônia. Em geral, porém, isso não é feito.

2 N.A.: Embora o Amazonas seja apenas o terceiro rio em extensão, a sua bacia é a maior do mundo, sendo duas vezes maior que a do Mississipi-Missouri e 2,5 vezes maior que a do Nilo.

3 N.A.: Isto é, de folhas largas.

A floresta cobre cerca de 70% da região, e é do tipo *hiléia*⁴; apesar das queimadas e da ação irresponsável de algumas madeireiras, a floresta ainda é praticamente virgem, já que somente 8% de sua área sofreu a ação antrópica, isto é, provocada pelo homem.

Costuma-se dizer que a região foi descoberta pelos espanhóis e conquistada pelos portugueses. De fato, a foz do Rio Amazonas foi avistada pela primeira vez em fevereiro de 1500 por Vicente Pinzón, que se referiu ao "mar dulce"⁵, e mais tarde o rio foi reconhecido por Francisco Orellana, que começou a explorá-lo em 1534, a partir do Rio Napo, até chegar à foz do Amazonas, em 1542. A conquista portuguesa só começou quase 100 anos mais tarde, com a excursão

de Pedro Teixeira (1637-9), que fez o percurso inverso ao de Orellana, indo da foz do Amazonas até Quito, no Peru, retornando mais tarde a Belém. Pouco mais tarde, a bandeira de Raposo Tavares chega ao Amazonas vindo pelo interior, complementando a ação colonizadora de Pedro Teixeira. O Tratado de Madrid (1750), ao reconhecer o princípio do *uti possidetis*, assegurou o domínio português sobre a região.

O Rio Amazonas, com o nome de Marañon, nasce no Lago Lauricocha, nos Andes Peruanos, a 4 mil metros de altura.

Ao entrar no Brasil, passa a ter o nome de Solimões até receber o Rio Negro, afluente da margem esquerda, quando passa a ter o nome de Amazonas.

Dos Andes ao Atlântico, o Amazonas estende-se por cerca de 5,5 mil quilômetros, recebendo aproximadamente 11 mil afluentes, com em torno de 19 mil km navegáveis. É o rio mais caudaloso do mundo, despejando no Atlântico 643,5 milhões de m³ de água/dia, cerca de 60 vezes mais que o Nilo⁶.

A Amazônia Legal brasileira tem a área de 4,8 milhões de km², o que corresponde a aproximadamente 56,5% do território nacional; sob o critério hidrográfico, a Amazônia brasileira tem 3,2 milhões de km², ou seja, 37,6% do nosso território.

Segundo a Embrapa, a Amazônia

brasileira é constituída por 50% de floresta densa, 30% de floresta aberta, 4% de mata de várzea, sendo os outros 16% de áreas não florestadas, compreendendo campos de várzea, campos de terra virgem e as chamadas manchas férteis, existentes em toda a área⁷.

No Brasil, o Rio Amazonas estende-se por cerca de 3,1 mil km, sendo que, em qualquer época do ano, ele dá acesso a Tabatinga, na fronteira com a Colômbia e o Peru, a navios com calado de até 4,5 metros, e a Manaus, já nas margens do Rio Negro, a navios de até 10 m de calado.

A Amazônia deveria pertencer aos Estados Unidos a fim de que para lá fossem enviados os escravos do sul do país

Mabthero Maury
(Em meados do século XIX)

4 N.A.: Expressão criada pelo sábio naturalista alemão Humbolt para definir a floresta amazônica como tropical úmida.

5 N.A.: Antes, portanto, da descoberta do Brasil. O volume de água descarregado pelo rio é tão grande que ainda a certa distância da foz os espanhóis sentiam o efeito da água doce.

6 N.A.: Devido à precipitação fluvial na região, os rios são caudalosos.

7 N.A.: Por exemplo, a região entre os Rios Tapajós e Xingu é constituída por terra roxa muito fértil, onde a atividade agrícola é intensa; a região de Humaitá (AM) é outra mancha fértil significativa.

A importância geopolítica da Amazônia brasileira evidencia-se na existência de 11 mil km de fronteiras terrestres e 1,6 mil km de fronteira marítima. A conexão entre a bacia fluvial, de boa navegabilidade, e o Atlântico faz com que a Amazônia se articule com os grandes mercados dos Estados Unidos e da União Européia.

A Amazônia brasileira, no sentido Leste-Oeste, tem cerca de 3 mil km, e, no Norte-Sul, de 2 mil.

Das 532 reservas indígenas catalogadas pela Funai, 358 estão na Amazônia, e dessas, cerca de 50% ainda não foram demarcadas. Uma das maiores reservas já demarcadas é a Reserva Yanomâni*, que envolve áreas de dois países – o Brasil e a Venezuela –, o que, evidentemente, é no mínimo uma inconveniência.

A AÇÃO GOVERNAMENTAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Desde os primeiros anos de colonização, os portugueses mantiveram fechadas as

entradas marítimas da Amazônia a navios de bandeira estrangeira e esta situação perdurou até 1867, quando, por um decreto de 1866 de D. Pedro II, foi finalmente autorizado o trânsito de navios de todas as bandeiras na bacia amazônica brasileira⁸.

As excursões de caráter científico eram, contudo, autorizadas, embora nem sempre os objetivos dessas excursões fossem os declarados⁹.

A Amazônia sempre foi objeto de atenção de pesquisadores de todo o mundo mas, depois da Segunda Guerra Mundial, com o aumento do interesse sobre os problemas ambientais, ela passou a ser considerada como área prioritária. A UNESCO chegou a propor a criação de um

A Amazônia sempre foi objeto de atenção de pesquisadores de todo o mundo, mas, depois da Segunda Guerra Mundial, com o aumento do interesse sobre os problemas ambientais, ela passou a ser considerada como área prioritária

Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, idéia que não prosperou.

Em 1952, no governo constitucionalista de Vargas, foi criado o Instituto Nacional de Pesquisa Amazônica (INPA), com sede em Manaus, para a realização de pesquisas sistemáticas na Amazônia brasileira.

* N.R.: Veja também "A república socialista Yanomami" na RMB 2º trim./1997, pág. 237 e, para mais alguma outra informação, a RMB 2º trim./1993, pág. 267 e RMB 2º trim./2000, pág. 274.

8 N.R.: Desde 1854, porém, o Brasil assinara com o Peru um tratado que permitia a navios peruanos a navegação na parte brasileira do Rio Amazonas.

9 N.R.: Um exemplo notável é o da expedição do oficial da Marinha dos Estados Unidos Willian Lewis Herndon à Amazônia, em meados do século XIX, cujo objetivo não declarado era dar ao Governo dos Estados Unidos uma estimativa correta da potencialidade da Amazônia e da importância da livre navegação no grande rio. Devo ao Almirante Fernando Mendonça da Costa Freitas a lembrança do fato e o envio do artigo *Herndon, Maury and the Amazon Basin*, de 1971, de onde tirei preciosas informações.

Herndon era primo e cunhado do também oficial da Marinha dos Estados Unidos Malthew Maury, o criador da Oceanografia, que defendia a tese, que inspirou a expedição, de que a Amazônia deveria pertencer aos Estados Unidos a fim de que para lá fossem enviados os escravos do sul do país, livrando-se assim os americanos da sua população negra e aproveitando-se ainda do trabalho escravo numa região rica em recursos naturais.

Hoje, o INPA é um órgão de excelência sobre a região, possuindo um herbário com mais de 180 mil espécies da flora regional; 200 mil insetos já catalogados e mais 5 milhões conservados em álcool para posterior catalogação; coleção de vertebrados com 1.814 répteis, 2.500 mamíferos e 100 mil exemplares de peixes. Uma mostra extraordinária da biodiversidade da região.

No ano seguinte, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônica (SPVEA), transformada em 1966 em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com sede em Belém, hoje tristemente famosa por não ter promovido, como era o seu objetivo, o desenvolvimento da área e ter servido de pretexto para o desvio dos recursos públicos lá aplicados.¹⁰

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) foi criada em 1957, dando a Manaus a condição de Porto Livre. Em 1967, foram estabelecidos para a ZFM – uma área física de 10 mil km², tendo como centro a cidade de Manaus – incentivos fiscais por 30 anos para a implantação de um pólo industrial, comercial e agropecuário. É então definida a Amazônia Ocidental, abrangendo os Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e

Roraima. No ano seguinte, os benefícios da ZFM foram estendidos para toda a Amazônia Ocidental.

A mudança da capital para Brasília, em 1960, deu ensejo à conquista do centro-oeste do Brasil; com a produção agrícola do cerrado surgiu a necessidade de escoá-la para os grandes centros consumidores e, graças à articulação da bacia amazônica com o Atlântico, impôs-se o seu transporte até os portos fluviais do Amazonas e daí para os mercados externos. As rodovias Brasília-Belém, Brasília-Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto Velho-Manaus são as grandes vias que

ligam o centro-oeste à Amazônia criando um sistema multimodal – rodovia-hidrovia – de grande significado estratégico¹¹.

Na década de 70 é ativado o Projeto Radar da Amazônia (Radam), que teve o propósito de inventariar em bases científicas a superfície e

o subsolo da região. As informações obtidas com o Radam ainda são a melhor fonte de informações – muitas vezes são as únicas – sobre as características geográficas da Amazônia (mapas geológicos, geomorfológicos, cobertura vegetal e pedologia)¹².

Em 1985, é criado o Projeto Calha Norte, que tinha como grandes objetivos o estabelecimento de um arco de presença e se-

Deve-se reconhecer que a rodovia tem um papel de fixação do homem à terra maior que o do rio, que é, entretanto, insuperável como via de transporte

10 N.A.: Por essa razão, pela Medida Provisória 2.145, de 2/5/01, a Sudam foi extinta, sendo criada a Agência de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia. A Amazônia a que se refere a Medida Provisória é a Amazônia Legal. Para 2001, já foram previstos R\$ 308 milhões para o Fundo e, para 2002, R\$ 440 milhões; a partir daí, até 2013, esse valor será atualizado pela variação acumulada da receita corrente líquida da União.

11 N.A.: Menos êxito tiveram as rodovias, ainda inconclusas, paralelas ao Amazonas, como a Transamazônica, que tinha o propósito de cortar as três grandes rodovias perpendicularmente, criando uma malha rodoviária significativa, e a Perimetral Norte, cujo objetivo era revitalizar a região à margem esquerda do Amazonas. Deve-se reconhecer que a rodovia tem um papel de fixação do homem à terra maior que o do rio, que é, entretanto, insuperável como via de transporte.

12 N.A.: Pedologia é o estudo do solo.

gurança de Tabatinga até Macapá, por meio da instalação de agências de diversos órgãos públicos federais – como Ministério da Saúde, Funai, Ibama, Polícia Federal –, além das Forças Armadas. Infelizmente para o País, apenas as Forças Armadas fizeram o seu trabalho, ficando o projeto limitado à criação de pelotões de fronteira, com pequenos efetivos, nas proximidade dos quartéis já existentes ou dos campos de pouso da Força Aérea ou dentro do alcance dos navios da Marinha para apoio logístico¹³.

Ainda nos anos 80, foi criado o Grupo-Executivo para as Terras do Baixo Amazonas (Gebam), com o propósito de promover e acompanhar projetos de desenvolvimento e colonização daquela região e propor medidas para a solução de seus problemas fundiários.

O Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) foi criado em 1990; sua principal componente é o Sistema de Vigilância da Amazônica (Sivam), cuja implementação só foi iniciada em 1997.

O Sivam é uma rede de coleta e processamento de informações que tem como objetivo levantar, tratar e integrar todas as informações obtidas por cada órgão governamental presente na Amazônia. O sistema deverá estar operacional em 2002.

“O Brasil deveria delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes”

Gorbachev

(ex-premier da União Soviética,
presidente de ONG)

A presença governamental mais ativa na região amazônica é, e sempre foi, a das Forças Armadas: os postos de fronteira guardados pelo Exército, a conquista paulatina mas contínua da bacia hidrográfica feita pelos navios da Marinha, a multiplicação dos campos de pouso para os aviões da Força Aérea são realizações que representam uma importante contribuição para a segurança da área, além do significado que têm para o desenvolvimento, pois os militares dão instrução e apoio médico-sanitário

às populações isoladas onde não chegam os outros órgãos governamentais, e, mais importante, pela ação cívica que acompanha essas realizações.

Ainda no passado recente, o Brasil permitiu a instalação de projetos para o desenvolvimento da Amazônia de inspiração e capital totalmente estrangeiro: a Fordlândia, na década

de 40, um retumbante fracasso; o Projeto Jari, na década de 70, nacionalizado e redirecionado posteriormente. Hoje, isso já não me parece possível devido à maior consciência dos brasileiros da importância da Amazônia e dos riscos de sua desnacionalização.

A partir da década de 60, alguns importantes projetos têm tido prosseguimento, tais como:

13 N.A.: Por essa razão, o Projeto Calha Norte vem sendo acusado de ser um projeto de militarização da Amazônia, quando o seu mais importante objetivo é, pelo contrário, a “civilização” da área, transmitindo às populações locais as noções fundamentais de cidadania. Hoje, o Ministério da Saúde vem contribuindo para a assistência às populações ribeirinhas fornecendo as equipes de saúde que guarnecem os Navios de Assistência Sanitário-Hospitalar (NASH) que, em número de três, são operados pela Marinha.

– a Hidroelétrica de Tucuruí, no Rio Tocantins – embora o Tocantins não pertença à bacia amazônica¹⁴, as consequências da disponibilidade de energia elétrica para a região amazônica foram muito importantes;

– a descoberta e a exploração da província mineral de Carajás;

– a construção e operação da fábrica de alumínio da Alumar, no Maranhão;

– igualmente a da Albrás-Alunorte, em Barcarena, no Pará;

– a extração de bauxita na região do Rio Trombetas, a cargo da Mineração Rio do Norte;

– a reorientação do Projeto Jari, para a produção de caulim e celulose branqueada, próximo à fronteira entre o Pará e o Amapá;

– a recente integração da rodovia Cuiabá-Porto Velho com a hidrovia do Rio Madeira e a região produtora de Mato Grosso, fazendo chegar ao porto de Itacoatiara a produção daquele Estado, está permitindo uma redução do custo do transporte de tal ordem que a soja, por exemplo, pode chegar aos mercados americano e europeu a preços altamente competitivos no mercado internacional¹⁵;

– a criação do Corredor Multimodal de Transporte da Região Norte, que compre-

derá a continuação da Ferrovia Norte-Sul, a implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins¹⁶ e a melhoria da Rodovia Belém-Brasília, garantirá, através do uso de todos os meios de transporte, a abertura de um corredor de exportação de extraordinário valor, trazendo a produção do meio-oeste para os portos de Itaqui e Ponta da Madeira, ambos no Maranhão, e Vila do Conde, no Pará.

Resta ainda o maior de todos os projetos, que terá consequências inimagináveis para a região e para o País: a saída para o Pacífico. A possibilidade dessa saída se dar através da Amazônia, para um ou mais portos peruanos – Callao, Ilo e Matarani –, é real.

Devemos considerar, porém, que as vulnerabilidades da Amazônia são grandes. Além da imensidão dos espaços e da baixa densidade populacional, que constituem em si mesmos um formidável obstáculo ao desenvolvimento, a região sofre a ação indiscriminada de madeireiros e de garimpeiros ilegais, de narcotraficantes e de praticantes de todos os tipos de ilícitos. A questão indígena está longe de ter solução e, muito provavelmente, será necessária uma ampla e drástica revisão dos princípios que têm norteado a ação governamental nesse setor.

14 N.A.: O Tocantins deságua na Baía de Marapatá, no Rio Pará. Com o Araguaia forma a bacia Tocantins-Araguaia. Há duas eclusas em construção no Tocantins que, quando prontas (possivelmente em 2002 e 2003), darão à hidrovia Tocantins-Araguaia mais de mil quilômetros de extensão. A hidrovia do Rio Capim, que sai de Tocantins até o porto de Vila do Conde, em Belém, escoia a produção de caulim através desse porto.

15 N.A.: Itacoatiara está cerca de 270 km de Manaus. O porto tem uma área de aproximadamente 150 mil metros quadrados e é capaz de movimentar 5 milhões de toneladas de soja por ano. Os grãos colhidos no Mato Grosso percorrem 980 km de caminhão até Porto Velho, pela Rodovia Cuiabá-Porto Velho, sendo transferidos no Rio Madeira para nove balsas, com capacidade de 18 mil tons, que, depois de percorrerem 1.115 km do rio, chegam a Itacoatiara, no porto da Hermosa Navegação da Amazônia. Daí, os grãos são armazenados ou transferidos para navios Panamax, de 60 mil tons., que os transportam para o exterior. No ano de 2000, foram transportadas 905 mil toneladas de soja, gerando uma receita de US\$ 174 milhões, 36% a mais que em 1999; em 2001, espera-se transportar 1,1 milhão de toneladas (no período de janeiro a julho já se transportara mais do que em todo o ano 2000). Próximo do terminal graneleiro, a Hermosa opera um terminal de fertilizantes, provenientes, na atualidade, de Israel, fazendo o trânsito no Madeira um dos mais intensos do Brasil.

16 N.A.: A obra está paralisada por ação de naturalistas brasileiros e ONGs internacionais relacionadas com o meio ambiente através de sucessivas liminares concedidas pela justiça brasileira.

O aumento contínuo do número de Organizações Não Governamentais (ONGs) na área — já há mais de uma centena delas — é um dado que não pode deixar de ser considerado em qualquer análise da Amazônia. Se há muitas bem-intencionadas, agindo sob inspiração de sentido humanitário, outras há cujas intenções não são claras e que podem representar ameaça aos interesses nacionais.

O mesmo pode-se dizer das missões religiosas, tão comuns na região.

AS RAZÕES DA COBIÇA INTERNACIONAL

Para uma avaliação das riquezas da Amazônia que possam justificar a cobiça internacional, vamos analisar o potencial da região em relação à energia, água potável, riqueza mineral e, finalmente, biodiversidade.

Energia

Um dos maiores problemas da humanidade é o de geração de energia, da qual somos tão dependentes.

A forma mais óbvia de geração de energia na Amazônia é a **hidroelétrica** e, de fato, a potencialidade da região a esse respeito é muito significativa. Embora os problemas ambientais¹⁷ não permitam o desenvolvi-

mento de grandes usinas hidroelétricas do tipo clássico, não será difícil a utilização de “usinas a fio d’água”, que aproveitam o fluxo natural do rio em direção à sua foz. Um simples desenvolvimento tecnológico permitirá a construção de muitas pequenas usinas desse tipo, fazendo com que alguns analistas afirmem que 2/3 do potencial hidroelétrico a explorar no Brasil estejam na Amazônia.

A energia produzida hoje ainda é majoritariamente a produzida **por combustível de origem fóssil**, apesar dos impactos negativos dessa prática sobre o meio ambiente. Guerras têm sido feitas pelo domínio das áreas onde estão as maiores reservas de petróleo. Sendo o petróleo um bem não renovável e sendo crescente o seu uso desde o início da revolução industrial, no fim do século XVIII, a descoberta de novas reservas passa a ter um extraordinário valor estratégico.

A Amazônia é, nesse aspecto, uma das regiões menos explo-

radas do mundo e o seu potencial é ainda uma incógnita. Na Amazônia brasileira, apesar disso, já há uma Província Petrolífera em plena produção, localizada na bacia do Rio Urucu, na confluência dos Rios Tietê e Coari. Ela pode produzir por dia cer-

A queima de combustíveis fósseis é responsável por 97% da energia consumida pela humanidade. Os países desenvolvidos são responsáveis por 73,6% desse total

*

Os Estados Unidos, o grande poluidor individual, recusam-se a assinar o Protocolo de Quioto, sob a alegação de que não podem prejudicar as suas indústrias

17 N.A.: Sendo o Amazonas um rio de planície, o seu desnível de Tabatinga à foz é quase insignificante, da ordem de 20 milímetros por quilômetro. O rio se desloca na calha principal com uma velocidade de 3 a 4 nós, podendo esse valor chegar a 5 nós nos trechos mais estreitos.

ca de 60 mil barris de óleo, 6 milhões de metros cúbicos de gás natural (é a maior reserva de gás já descoberta no Brasil) e mais de mil toneladas de GLP (gás de cozinha). A produção de Urucu abastece todo o Estado do Amazonas, especialmente a cidade de Manaus; através de gasodutos, o gás natural chega até Porto Velho. Novas jazidas, em fase de avaliação, foram localizadas na Bacia do Juruá. Na medida em que decresçam as reservas conhecidas de petróleo, a pesquisa de novas reservas aumentará e a Amazônia é uma imensa região ainda virgem a esse respeito.

No que diz respeito à produção de **energia nuclear**, apesar do nosso desconhecimento sobre a Amazônia, há estimativas de que cerca de 2% do urânio natural e 30% das reservas de tório existentes no mundo estejam na Amazônia brasileira. A confirmação dessas expectativas – que muito facilmente poderão ser superadas – dará à região um enorme potencial para a geração de energia nuclear.

É, entretanto, na produção de **energia da biomassa** que se encontra a esperança de transformar a Amazônia na maior produtora de energia do mundo. Diz o professor Bautista Vidal:

“O futuro da energia está nos trópicos, notadamente no Brasil, onde o Sol é o fator natural de fornecimento de energia por meio da vasta floresta tropical.”

A diminuição das reservas de petróleo – pode-se estimar que elas durem talvez um pouco mais de 40 anos – e o aumento dos custos de sua exploração tornam a

biomassa – onde a energia solar é fixada através da fotossíntese – uma fonte alternativa, limpa sob o ponto de vista ecológico e inesgotável porque renovável.

A biomassa florestal energética, isto é, a lenha e seus derivados, como o carvão vegetal, o gás, o alcatrão, representa “o segmento quantitativamente mais importante do modelo de desenvolvimento econômico e social baseado no uso e na valorização da biomassa tropical”. Um programa racional, que se coadune com as peculiaridades da região, garantirá esse aproveitamento com a preservação da floresta.

Um outro segmento de extrema relevância é a produção de **óleo diesel a partir de óleos**

vegetais combustíveis, como o dendê, a mamona etc. Só na Amazônia existem em torno de 70 milhões de hectares de áreas adequadas ao plantio do dendê, com produtividade média de 4 toneladas/ano/hectare (o plantio de forma perene ou semiperene se desenvolve em solos relativamente pobres). Dessa forma, seria possível

produzir pouco mais de 5,8 milhões de barris/dia de óleo diesel na área disponível na Amazônia. Citamos mais uma vez Bautista Vidal:

“Na região amazônica, mantendo-se a floresta em pé, pode-se obter com o óleo extraído do coquinho do dendê o equivalente à produção atual de petróleo da Arábia Saudita. Isso apenas do dendê, embora existam no Brasil centenas de óleos vegetais que podem substituir esse derivado de petróleo, como o óleo de mamona, babaçu, girassol, colza, amendoim e tantos outros”.

Toda essa imensa potencialidade energética amazônica pode ser usada preservando-se as características básicas da região, ao contrário do que hoje se pratica quando se substitui a floresta por culturas tradicionais e por pastagem. A utilização da floresta para fins energéticos, através da rotação do sub-bosque, mantendo-se a cobertura dos extratos superiores, é ecologicamente correta.

Uma das mais importantes aplicações da biomassa florestal é a da **siderurgia de carvão vegetal**. Até 1946, toda a produção de ferro-gusa e aço brasileira estava baseada no carvão vegetal. Depois disso, o grande desenvolvimento de nossa siderurgia teve como base tecnologia japonesa, que usa o carvão mineral importado. Hoje, impõe-se a reversão dessa dupla dependência, tecnológica e energética, voltando-se a usar o carvão vegetal.

Não se deve julgar que a agricultura energética vá prejudicar a agricultura de

alimentos. Como mostra o professor Vidal, para alimentar uma população de 160 milhões seria necessária uma área de 26 milhões de hectares ou apenas 3% do território nacional.

Embora não relacionado especificamente com a Amazônia, mas um segmento importante na valorização da biomassa tropical como produtora de energia, é a produção de etanol a partir da cana-de-açúcar e da mandioca (Proálcool). Com a tecnologia atual, a produtividade média desse tipo de cultura é da ordem de 6 mil litros de etanol/ha/ano. Nessas condições, uma produção de 50 bilhões de litros/ano, ou 880 mil barris de álcool/dia, quantidade muito superior às necessidades previstas para atender ao consumo nacional até o fim do século, necessitaria de

8,5 milhões de hectares, ou, aproximadamente, 1% do território nacional¹⁸.

Para concluir, mais uma vez apelamos para Bautista Vidal:

Uma reserva que se estende por dois Estados, como é o caso da reserva Ianomâni, representa insuportável vulnerabilidade estratégica

*

A insistência da comunidade internacional em se referir à “Nação Ianomâni” é a primeira etapa de um processo que visa ao reconhecimento da autonomia da região sob mandato das Nações Unidas

18 N.A.: A matriz energética brasileira, ano de 1997, mostra como ainda é pequena a contribuição da biomassa (18,5%):

Derivados de petróleo e gás natural.....	37,4%
Energia hidroelétrica	38,6%
Lenha e carvão vegetal	7,8%
Bagaço de cana.....	7,4%
Álcool.....	3,3%
Coque de carvão mineral.....	3,0%
Carvão mineral.....	1,0%
Outros.....	1,5%

Com a tecnologia já disponível, o total da energia da biomassa poderia passar dos 18,5 % para 40%.

"A importância estratégica desse programa pode ser evidenciada por sua contribuição em pelo menos três áreas distintas: desenvolvimento regional, contribuição ao equilíbrio do balanço de pagamentos e redução dos custos dos alimentos, além da criação de empregos, redução da dependência externa e aumento do poder nacional."

Água potável

Um dos maiores problemas do século XXI será, sem dúvida, o da falta de água doce. Muitas guerras no passado, e ainda hoje, foram motivadas pelo controle das regiões produtoras de petróleo; no futuro, é possível que elas sejam feitas pelo controle dos mananciais de água doce.

O planeta Terra dispõe de 1.400 milhões de quilômetros cúbicos de água. Desse volume, 97% são de água salgada e os 3% restantes são de água doce. Da água doce existente, 77% correspondem à água congelada nas duas calotas polares, 22% às águas subterrâneas e apenas 1% corresponde às águas superficiais (rios, lagos etc). Aparentemente, a água doce disponível seria suficiente, embora mal distribuída, mas a degradação ambiental provocada pelo homem vem contaminando as águas subterrâneas e as superficiais, podendo-se prever que, dentro de mais algumas dezenas de anos, em especial nas

regiões mais desenvolvidas, surjam sérios problemas de água (há previsões de que em 2025 já haverá escassez de água nos Estados Unidos).

Excluídos os pólos, a Amazônia é o maior reservatório de água doce do mundo, mas como o aproveitamento da água das calotas polares é uma possibilidade remota, não só pelo alto custo como pela incerteza quanto às consequências causadas ao ecossistema mundial, a Amazônia, a esse respeito, é vital.

Os 15 maiores rios do mundo são responsáveis por 1/3 da água superficial da terra e o Amazonas sozinho responde por 15% desse total, sendo o maior caudal do planeta. Há outros três rios amazônicos entre os dez maiores rios do mundo: o Juruá, o Madeira e o Purus são, respectivamente, o 8º, o 9º e o 10º rios mais

extensos do planeta. A bacia amazônica como um todo corresponde a 1/5 de toda água superficial do planeta.

Reserva mineral

A Amazônia é a maior reserva mineral do globo. A área coberta pelo Pacto Amazônico, que inclui as três Guianas, compreende pelo menos seis gigantescas províncias minerais. A reserva de Carajás, por exemplo, já em produção, é a maior reserva polimineralizada do planeta, com aproxima-

Na década de 80 foram localizados, na serra do Rio Surucucu, em Roraima, depósitos consideráveis de cassiterita, o minério de estanho, com o teor de 80%, praticamente à flor da terra (a 70 centímetros da superfície); até então, as principais reservas conhecidas eram as da Malásia, com minério de estanho de teor de 36%, encontrado a 150 metros de profundidade

damente 20 bilhões de toneladas de minério de ferro, com teor de 60%; 1 bilhão de toneladas de minério de cobre, a 1%; 150 milhões de toneladas de níquel, a 1,5%; além de boas quantidades de manganês, estanho, chumbo, zinco, molibdênio, tungstênio, cromo, prata, alumínio e amianto.

Na Amazônia, não só as reservas minerais são colossais, mas o teor do minério é muito elevado em relação à média mundial.

Assim, na década de 80 foram localizados, na serra do Rio Surucucu, em Roraima, na fronteira do Brasil com a Venezuela, depósitos consideráveis de cassiterita, o minério de estanho, com o teor de 80%, praticamente à flor da terra (a 70 centímetros da superfície)¹⁹. Recentemente, a maior reserva de nióbio do mundo foi localizada próximo a São Gabriel da Cachoeira, no alto Rio Negro; estas reservas correspondem a 90% das reservas conhecidas de nióbio e, muito provavelmente, este será um dos minerais mais importantes deste século XXI.

Biodiversidade

Um dos mais espetaculares desenvolvimentos de nossa era é o da biotecnologia.

Segundo estimativas sérias, a Pan-Amazônia dispõe de 30% do banco genético do planeta, sendo a maior fonte natural de pro-

duto farmacêuticos, bioquímicos e agrotômicos. É possível que todas as patologias e disfunções do planeta possam encontrar solução na Amazônia.

Dados disponíveis no Sivam apontam que na Amazônia existem 200 espécies de árvores diferentes por hectare, 1.400 tipos de peixes, 1.300 espécies de pássaros e 300 de mamíferos, totalizando cerca de 2 milhões de exemplares.

Laboratórios internacionais têm obtido patentes de produtos farmacêuticos desenvolvidos geneticamente de produtos naturais da Amazônia (o caso do urucum é bastante conhecido).

A biopirataria é hoje uma realidade cujo controle, como é fácil de perceber, é absolutamente impossível.

OS PRETEXTOS PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO

Identificadas as razões da cobiça internacional pela Amazônia, fica fácil apontar os

possíveis pretextos para a sua internacionalização.

O quadro político-estratégico atual aumenta as possibilidades de intervenção, não necessariamente armada, mas, mais facilmente, através de pressões políticas, econômicas ou de outra ordem.

Com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o fim da Guerra Fria, começou a de-

Com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o fim da Guerra Fria, começou a delinear-se uma nova ordem mundial que, com a desagregação da União Soviética, em 1991, caracteriza-se pela existência de uma única superpotência, os Estados Unidos, de caráter nitidamente intervencionista

19 N.A.: Quando essa descoberta foi anunciada, houve acentuada queda nos preços internacionais do estanho, já que, até então, as principais reservas conhecidas eram as da Malásia, com minério de estanho de teor de 36%, encontrado a 150 metros de profundidade.

linear-se uma nova ordem mundial, que, com a desagregação da União Soviética, em 1991, caracteriza-se pela existência de uma única superpotência, os Estados Unidos, de caráter nitidamente intervencionista. Superadas as dificuldades econômicas decorrentes da disputa hegemônica com a ex-União Soviética²⁰, os Estados Unidos vêm se posicionando como árbitro da nova ordem mundial. Delineia-se um mundo praticamente monopolar. As recentes intervenções da OTAN, totalmente dominada pelos Estados Unidos, na Bósnia-Herzegovina e, especialmente, em Kosovo, sem qualquer consulta ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, portanto, em clara violação à Carta das Nações Unidas, comprova nitidamente a crescente tendência intervencionista. Segundo declarações recentes do ex-Presidente Clinton, sempre que não houver concordância entre os in-

teresses dos Estados Unidos e os da ONU, os Estados Unidos intervirão sem ouvirem o Conselho de Segurança – na verdade, o receio do veto da Rússia ou da China é a motivação para não fazer a consulta.

Os princípios de não-intervenção e autodeterminação, que foram os fundamentos das relações internacionais durante a Guerra Fria, foram agora relegados a plano secundário.

Os princípios de não-intervenção e autodeterminação, que foram os fundamentos das relações internacionais durante a Guerra Fria, foram agora relegados a plano secundário

O Estado, num mundo cada vez mais globalizado e de crescente tendência para a regionalização, vai abrindo mão de suas prerrogativas, por sua própria vontade, quando adere a organismos transnacionais governamentais – como é o caso da ONU, OEA, Nafta, Mercosul, União Européia etc. – ou por força de pressões internacionais feitas de Estado para Estado ou feitas por ONGs, cada vez mais numerosas e mais poderosas.

Esta verdadeira “desnacionalização” do Estado não ocorre, porém, com a mesma intensidade em relação a todos os Estados.

São os Estados de menor poder nacional os objetos preferenciais das pressões.

A Marinha dos Estados Unidos abandonou a sua postura clássica de “Marinha de águas azuis” para a de “Marinha litorânea”, projetada para apoiar ações de intervenção. A OTAN abandonou os limites a que se tinha imposto pelo Tratado de Washington e

está se estendendo para o leste europeu; há, no interior da organização, uma forte corrente que defende a sua atuação em qualquer parte do mundo, sempre que os interesses ocidentais possam estar em risco, porque, segundo alegam, de outra forma ela perderia credibilidade. A União Européia está desenvolvendo uma Força de Intervenção Rápida, para intervir *out of Europe*, onde os seus interesses sejam considerados ameaçados.

20 N.A.: Os Estados Unidos rapidamente recuperaram a sua economia depois da Guerra Fria, e, por causa disso, a sua política externa vai se caracterizando por uma certa arrogância imperial que ainda não existia à época da Guerra do Golfo (1990-1), quando o seu principal esforço foi para conseguir o apoio político da comunidade internacional, tanto bilateralmente como através do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e econômico da Alemanha, Japão, Kuwait e Arábia Saudita.

Após essas considerações estratégicas – que claramente favorecem as intervenções – e a identificação das reais riquezas da Amazônia – que, com certeza, podem despertar a cobiça internacional –, vamos discutir certas questões que podem ser usadas como pretexto – as alegações são sempre apresentadas sob as mais nobres alegações – para justificar a internacionalização da Amazônia.

A questão ambiental

Para muitos, a maior floresta tropical (*rain forest*) existente é o pulmão do mundo e, por essa razão, deve permanecer intocada, na qualidade de “patrimônio da humanidade”.

François Mitterrand, ao defender idéias de “soberania relativa” e a “doutrina de ingerência”, tinha em mente a Amazônia. O ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, nunca escondeu o seu ponto de vista: “ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós”. Gorbachev, ex-premier da União Soviética e hoje presidente de uma das mais importantes ONGs, declarou que “o Brasil deveria delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes”.

As queimadas na Amazônia recebem a mais ampla divulgação na mídia internacional, mesmo quando elas se dão em áreas desflorestadas que serão usadas para plantio. Apesar da ação ilegal de madeireiros, apenas 8% da floresta foi destruída.

Com o aumento da interferência do homem sobre a natureza, principalmente após o início da era industrial no fim do século XVIII, a atmosfera começou a receber quan-

tidades de gases muito superiores às resultantes dos fenômenos naturais, sem que se criassem dispositivos capazes de controlar esse excesso. A queima de combustíveis fósseis, responsável por 97% da energia consumida pela humanidade, despeja na atmosfera cerca de 5,3 bilhões de toneladas de dióxido de carbono – dado de 1987 – e a quantidade descarregada vem aumentando 7,5% ao ano. Os países desenvolvidos são responsáveis por 73,6% desse total. Desde o início da era industrial até hoje, a concentração de dióxido de carbono na atmosfera elevou-se de 280 para 353 partes por milhão (ppm).

Na opinião de alguns técnicos, a preservação da floresta é essencial para impedir o agravamento dessa situação. Outros técnicos, porém, alegam que a concentração de carbono na atmosfera seria controlada pelos oceanos, estes sim os verdadeiros pulmões do mundo, através

da variação do grau de acidez de suas águas. Na dúvida, ou sob outras motivações, as pressões internacionais para a preservação da floresta são crescentes.

Embora não haja nenhuma dúvida de que o maior responsável pelo despejo de gás carbônico na atmosfera é a descarga das indústrias e dos automóveis, os Estados Unidos, o grande poluidor individual, recusam-se a assinar o Protocolo de Quioto, uma tentativa de certa importância para reduzir a emissão de gases, sob a alegação de que não pode prejudicar as suas indústrias. Responsabilizar o desmatamento da Amazônia pelo agravamento do efeito estufa é apenas um pretexto para internacionalizá-la e desviar a atenção do mundo do verdadeiro problema.

Os objetivos preferenciais das pressões nesta verdadeira “desnacionalização” do Estado são os de menor poder nacional

É óbvio que defendemos o cumprimento de um programa adequado para a Amazônia, onde sejam proibidas as queimadas mesmo nas áreas desflorestadas (a queimada elimina a umidade do solo, logo prejudica a sua fertilidade); onde as derrubadas de árvores sem controle sejam impedidas por prejudicarem o delicado ecossistema; onde os garimpos ilegais, que poluem com mercúrio os rios da região, sejam definitivamente fechados.

Incontestavelmente, a nossa maior defesa contra a internacionalização da Amazônia está na exploração racional de suas riquezas, respeitando a natureza mas sem perder de vista que o homem deve ser o objeto do desenvolvimento.

A questão indígena

A política indigenista brasileira é um dos maiores equívocos de nossa história.

A pretexto de se preservar a "cultura" indígena, está se procurando isolar os povos nativos em gigantescas reservas, maiores do que muitos Estados europeus, onde os índios estariam livres dos malefícios da civilização. A dimensão das reservas é justificada pelo nomadismo dos selvícolas, importante elemento da sua cultura (se é que é válido equiparar o deslocamento dos índios de um lugar para o outro devido ao esgotamento da área ocupada ao verdadeiro nomadismo, como, por exemplo, dos berberes do norte da África).

Tal política, que peca pela total falta de bom senso, é uma clara demonstração de que a racionalidade é posta de lado quando há um forte envolvimento emocional ou ideológico. Ela é totalmente irrealizável, pois, na atualidade, com o desenvolvimento das comunicações, é absolutamente impossível isolar uma comunidade, por mais longínqua e de difícil acesso que seja o seu *habitat*; a história comprova que nenhuma barreira jamais conteve o avanço da civilização.

A Marinha dos Estados Unidos abandonou a sua postura clássica de "Marinha de águas azuis" para a de "Marinha litorânea", projetada para apoiar ações de intervenção

A política **não faz sentido**, já que seria uma tolice negar aos índios o acesso à educação e à medicina moderna²¹, aspectos positivos de nossa cultura²², ou fazê-los retornar a hábitos antigos, como o canibalismo, elemento cultural muito importante no passado.

A política **não é inteligente** – sinto-me tentado a dizer que é estúpida – porque, sem trazer nenhum benefício aos índios, prejudica o País, impedindo que este grupo de brasileiros possa, através de sua integração à Nação, trazer a sua contribuição à nacionalidade.

A política **é racista** porque, embora alegue o respeito aos direitos humanos dos índios, na verdade despreza os índios e os considera inferiores, incapazes de assumir as responsabilidades dentro de uma sociedade moderna.

Finalmente, a política **é impatriótica** porque nos torna extremamente vulneráveis a acusações internacionais de violações dos

21 N.A.: Ainda que ela tenha aspectos indesejáveis.

22 N.A.: Apesar da potencialidade farmacêutica de alguns produtos da floresta, não creio que os curandeiros possam fazer o melhor pela saúde dos índios.

direitos humanos e até de genocídio, já que será impossível evitar ações eventuais de bandidos e contraventores nas áreas de reserva, com conseqüências nefastas para a integridade dos índios²³.

As pressões internacionais no sentido da manutenção dessa política absurda são grandes; a mídia nacional abraçou entusiasticamente a "causa dos índios", levando a opinião pública, mal esclarecida, a defendê-la intransigentemente. Hoje, qualquer manifestação contrária a essa tola política é vista como demonstração da intolerância e falta de respeito aos direitos humanos dos índios, quando é exatamente o contrário.

Uma reserva que se estende por dois Estados, como é o caso da reserva Ianomâni*, representa insuportável vulnerabilidade estratégica. A insistência da comunidade internacional em se referir à "Nação Ianomâni" é a primeira etapa de um processo que visa ao reconhecimento da autonomia da região sob mandato das Nações Unidas²⁴.

A segregação dos índios em reservas, esta espécie de jardim zoológico, onde eles

ficarão expostos à pesquisa de antropólogos totalmente desvinculados da realidade e à curiosidade de turistas "ecológicos", ávidos para vislumbrar o "bom selvagem", livre no seu ambiente natural, é uma violência praticada contra esses brasileiros que precisam ser, o mais rapidamente possível, integrados à sociedade²⁵.

A questão do tráfico de drogas

A Amazônia, devido à sua imensidão e ao seu vazio populacional, é uma região onde a fiscalização de qualquer ilícito é bastante problemática, exigindo vultosos recursos humanos e materiais. Os grandes produtores de drogas, estabelecidos na Bolívia, no Peru, e principalmente na Colômbia, conhecem bem essa situação, e usam a Amazônia para trânsito de seus produtos.

Como os Estados Unidos são o grande mercado consumidor, e em face das dificuldades de reprimir o consumo da droga, as autoridades americanas têm procurado promover, nos países produtores, intensa campanha para erradicação das plantações e

O ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, nunca escondeu o seu ponto de vista: "ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós"

* N.R.: Veja N.R. da pág. 84 deste artigo.

23 N.A.: Um recente incidente na reserva Ianomâni, de ínfimas proporções, levou um procurador da República do Brasil a declarar que o País estava cometendo genocídio contra os povos da floresta. Mais tarde, verificou-se que o incidente sequer ocorrera na reserva brasileira e sim na venezuelana, por ação de garimpeiros irregulares.

24 N.A.: Existe em tramitação na ONU um projeto da índia guatemalteca Rigoberta Menchú, Prêmio Nobel da Paz pelo seu trabalho em prol dos povos indígenas, concedendo "autonomia" aos povos primitivos.

25 N.A.: Nesse sentido, a ação governamental deve ser pronta e abrangente, criando os meios necessários para que a integração se faça sem provocar um choque cultural.

destruição dos laboratórios de refino. O grande esforço está sendo feito no momento na Colômbia. A complicada situação política desse país²⁶, com o envolvimento dos grupos de guerrilha com os narcotraficantes, torna a operação muito problemática, aumentando a possibilidade de incidentes de fronteira, inclusive com o Brasil. Embora até o momento a participação norte-americana pareça ser apenas financeira, exceto pela presença de "observadores" – foi assim, exatamente, que teve início a intervenção no Vietnã –, a posição brasileira de não permitir a violação de suas fronteiras por quaisquer grupos armados, inclusive das forças de repressão governamentais, poderá gerar atritos com os Estados Unidos, que não terão dúvida em acusar o Brasil de estar impedindo o combate efetivo aos traficantes de drogas.

Como não parece ser possível um eficaz combate às drogas na Colômbia sem uma solução prévia para a crise política, o problema não tem solução a curto prazo e a instabilidade na região permanecerá ou aumentará. O fato de o Suriname ser um importante ponto para o trânsito de drogas para os Estados Unidos e a Europa, sem que as autoridades locais pareçam capazes de impedir essa situação, complica ainda mais o problema. A idéia de que a internacionalização da Amazônia é uma etapa indispensável no processo de eliminar o tráfico de drogas não é estranha aos dirigentes de alguns países e às ONGs ligadas à região.

CONCLUSÕES

É indubitável que as riquezas da Amazônia despertam a cobiça internacional e que, no futuro não muito remoto, o agravamento da crise de água potável ou aproximação do esgotamento das reservas de petróleo, com a conseqüente crise energética, poderão dar aos países amazônicos um poder que as grandes potências não aceitarão.

Não faltam pretextos, como vimos, para uma intervenção no sentido de forçar a internacionalização da área.

O estabelecimento urgente de uma política correta para a Amazônia, a níveis nacional e regional, é um imperativo, embora, forçoso seja reconhecer, alguns países amazônicos se deixem iludir por ajudas "desinteressadas" e permitam ingerências de fora nas áreas sob o seu controle, o que, em breve, poderá ser causa de graves problemas²⁷.

Com o projeto Sivam o Brasil está dando um passo importante para o controle da Amazônia brasileira no que diz respeito ao meio ambiente e aos ilícitos praticados. O projeto Calha Norte deve ser restaurado na sua plenitude, com a participação não só dos militares, mas das demais organizações governamentais.

O impulso que nos levou ao Planalto Central e deste para a Amazônia deve prosseguir, com o desenvolvimento e melhoria dos acessos rodo-ferro-hidroviários aos portos da região que se comunicam com o resto do mundo.

26 N.A.: Na Colômbia, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN) são grupos guerrilheiros de esquerda que se opõem ao governo, apelando para a luta armada; por outro lado, as Forças de Autodefesa da Colômbia são forças de direita, ilegais, que se opõem à guerrilha de esquerda. Suspeita-se que todos esses grupos armados tenham envolvimento com o narcotráfico, pelo qual seriam financiados.

27 N.A.: Em algumas áreas a presença de estrangeiros chega a ser constrangedora. O Rio Guaporé define a fronteira da Bolívia com o Brasil (Roraima) e na sua margem esquerda há extensa floresta contínua preservada pelos bolivianos como parque de preservação ambiental, sob os auspícios de uma entidade de defesa ecológica americana. A segurança da área é garantida por lanchas de patrulha guarnecidas por bolivianos e americanos.

O Pacto Amazônico deve ter a necessária prioridade na nossa agenda internacional, de modo que as ações dos Estados membros possam ser coordenadas em proveito do conjunto.

Para o Brasil, o acesso ao Pacífico, através da Amazônia, é um projeto redentor,

de repercussões políticas e econômicas de magnitude inimaginável. Como executá-lo, com um mínimo de dano ambiental, é o desafio que temos de enfrentar.

Impõe-se a adoção urgente de uma política indigenista que procure integrar o índio à comunidade, sem choques culturais.

Para concluir:

"Porque caminhamos para o futuro e precisamos desenvolver nossas forças, nossas potências, precisamos descobrir a força do possível que há em nós, a fim de podermos atualizá-la, vivificá-la, para que ela possa viver no futuro".

Maria do Carmo T. Miranda – "Desafio Amazônico".

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ÁREAS> / Amazônia /; Internacionalização da Amazônia;

BIBLIOGRAFIA

1. "Amazônia: Próxima Guerra?", Poder – *Revista Brasileira de Questões Estratégicas*, nº 1, jan-fev 1999, p.7-18.
2. Ayres, Márcio, "A biodiversidade é de todos nós", *Jornal do Brasil*, 16/8/2001.
3. Bautista Vidal, J.W., "A Energia da Biomassa", *Poder*, nº 1, p.57-68.
4. ———, *Soberania e Dignidade: Raízes da Sobrevivência*, Ed. Vozes, Petrópolis (RJ), 1991, 213p.
5. "Desafio Amazônico: O Futuro da Civilização dos Trópicos", Sergio de Salvo Brito (ed), ed. Universidade de Brasília, 1990, 247p.
6. Elia, Alte. Rui da Fonseca, "A Marinha na Amazônia Ocidental", *Revista Marítima Brasileira* nº 120 (7/9): 69-86, jul-set 2000.
7. Fortuna, Alte. Hernani Goulart, "Amazônia: Visão Político-Estratégica", *Revista da Escola Superior de Guerra (ESG)*, nº 39-2000, p. 43-57.
8. Friede, R. Reis, "A Questão Amazônica, um Desafio à Soberania Nacional", *Revista Marítima Brasileira* nº 115 (1/3): 85-7, jan-mar 1995.
9. Gama e Silva, Alte. Roberto, "O Aquecimento Contemporâneo da Atmosfera – O Efeito Estufa", *Revista Marítima Brasileira* nº 120 (7/9): 173-84, jul-set 2000.
10. ———, "São Mesmo Nossos os Minerais Não Energéticos?", ed. do autor, RJ, 1987, 164p.
11. "Hidrovia do Madeira é rota de saída para a soja", *Valor Econômico*, 31/8, 01 e 2/9/2001.

12. Lucena, Gal. Zenildo de, "A Amazônia é a área estratégica prioritária", *Poder* n° 1, p. 23-6.
13. Luiz Sergio Silveira, Alte., *As Hidrovias Interiores do Brasil*, Fundação dos Estudos do Mar, RJ, 2001, 193 p.
14. Meira Mattos, Gal. Carlos, "A Importância Geopolítica da Amazônia Brasileira", *Revista da ESG* 19-1991, p. 165-88.
15. Moreira Alves, Márcio, "A Marinha na Amazônia, vista por um jornalista", *RMB* 120 (7/9): 183-8, jul-set 2000.
16. Passarinho, Jarbas, "Militarização da Amazônia", *Jornal do Brasil*, 12/08/2001.
17. Poyares, Paulo Gabriel Drummond, "A Amazônia, nossa?", *Jornal O Globo*, 16/8/2001.
18. Reddick Jr., James P., "Herndon, Maury and the Amazon Basin", *US Naval Institute Proceedings*, March 1971, p. 56-63.
19. Soublin, Jean, "Amazônia vista da França", *Revista do Clube Naval*, n° 318, abr-mai-jun 2001, p.38-42".

O CERIMONIAL DA BANDEIRA

Os navios da Marinha do Brasil, quando em contato com terra (atracados, fundeados ou amarrados), arvoram a Bandeira Nacional no *pau da bandeira*, na popa.

Ao suspenderem, no instante em que é desencapelada a última espia ou o ferro arrancado ou é largado o arganém da bóia, a Bandeira é arriada na popa e içada, em movimentos contíguos, no mastro de combate, mas de forma que nunca deixe de estar içado o Pavilhão Nacional. Não há cerimonial nessas ocasiões.

A Bandeira do Cruzeiro, que é arvorada no pau do jegue, acompanha os movimentos da Bandeira Nacional na popa. Ou seja, é içada e arriada junto com esta.

O Pavilhão Nacional é içado às 8 horas da manhã e arriado exatamente na hora do pôr-do-sol. O cerimonial consta de sete vivas tocado com o apito do marinheiro (e simultaneamente com o toque do corneteiro, quando houver) e das continências de todo o pessoal. Quem estiver cobertas abaixo, permanece descoberto e em silêncio, atento. O cerimonial do arriar é maior e consta de formatura geral da tripulação. Após o arriar, é costume o cumprimento geral de "boa-noite" entre todos os presentes, sendo primeiramente dirigido ao comandante.

HISTÓRIA DA NAVEGAÇÃO

Pertencente ao Espaço Cultural da Marinha, há um setor dedicado à evolução do domínio humano sobre as águas, desde os mais usados meios primitivos até os gigantescos petroleiros modernos.

Há também uma exposição sobre a técnica da ciência náutica, mostrando o progressivo aperfeiçoamento dos métodos utilizados para obter-se a posição das embarcações no mar, dando ênfase especial à ação dos navegadores portugueses. Estimulados e dirigidos pelo Infante Dom Henrique, criaram novos tipos de embarcações, tábuas e instrumentos para o cálculo da latitude no mar e cartas náuticas posicionando, o mais corretamente possível, os acidentes descobertos e o desenho das costas avistadas.

Todo esse conhecimento pode ser obtido visitando o Espaço Cultural da Marinha, aberto de terça-feira a domingo das 12h às 16h45min, localizado à Av. Alfred Agache s/n, Praça XV.

